

- XXX -

**O “PROJETO TRILHAS/ NATURA” NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
(PA) - 2012/2018.**

Áurea Peniche Martins

Ufpa/Brasil | penicheaurea@yahoo.com.br

Terzinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos

Ufpa/Brasil | tefam@ufpa.com

Ana Maria Raiol da Costa

Ufpa/Brasil | anaraioldavi@gmail.com

A relevância do presente estudo se confirma pelo suposto que a organização da educação brasileira está pautada no contexto das relações público-privadas na educação. Neste artigo, busca-se focalizar o papel do Estado condicionado a processos históricos determinantes. O objetivo central é destacar o posicionamento do Estado na condução das políticas públicas para então enveredar na relação entre o público e o privado na educação com foco no “Projeto Trilhas/Natura”. Este texto é desenvolvido a partir da abordagem qualitativa, com utilização de revisão bibliográfica. Para Marx (2011), o Estado é a organização da burguesia para a dominação do capital. Esse entendimento resume o Estado como uma organização para a manutenção do capital. Contudo é nesse lugar que ganha espaço a compreensão de Gramsci (2004), uma vez que revê essa condição do Estado enquanto instrumento de dominação. Em Gramsci (2004) o proletariado ao assumir o Estado, o assume para beneficiar a classe trabalhadora e não o capital. Optamos, então, para as nossas análises, utilizar o conceito de Gramsci (2004) porque segundo ele, o Estado burguês está a serviço do capital, mas o Estado não está “restrito” ao capital, uma vez que os trabalhadores estão na disputa pelo o Estado. Esse empreendimento em torno da compreensão do papel do Estado nos remete à análise acerca do significado do termo Política Pública e assim tecemos considerações em torno do contexto de centralização e

descentralização na organização da educação brasileira para situar a parceria público-privada como indutora de políticas educacionais, e nesse movimento focar no “Projeto Trilhas/Natura”. No Brasil, a esfera pública, incluindo-se o setor educacional, inaugura uma forma de administração pública gerencial trazendo novos mecanismos que, em tese, suscitariam resultados quantitativos que redundariam nos qualitativos, diferenciando-se da gestão pública burocrática, modelo, até então, adotado pelo Estado brasileiro, porque “deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados [...]” (BRASIL, 1995, p.16). Partindo dessa análise, um debate que toma conta do cenário político e econômico é, a abrangência e entrada do setor privado ou o chamado terceiro setor no cenário político, capaz de interferir nas decisões políticas e administrativas, principalmente como indutor de políticas públicas. O termo “terceiro setor” de acordo com Montaño (2010, p.57) “representa uma construção ideológica”, mas que não se “reduz a sociedade civil e congrega diversos sujeitos com aparente igualdade nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e contraditórios”. Em síntese, a inserção do privado no público reforça e forja, de fato, a naturalização dos princípios empresariais dos grupos poderosos, de forma que, tais princípios são adotados na administração pública, como também são tidas como prática aceitável na vida cotidiana pelos cidadãos, sob a justificativa de efeito contrário, isto é, assumindo e propagando como verdade absoluta que a eficiência e eficácia das empresas privadas podem e devem ser adotadas pela gestão pública. Em contrapartida, corrobora-se com Saviani (2014) à medida que há necessidade de um enfrentamento aos grandes grupos empresariais, pois além de atuar no ensino têm ramificações nas forças dominantes da economia e também na própria esfera pública. Neste contexto o Portal Trilhas (2014) expõe que o TRILHAS de Leitura teve início em 2009, mas foi em 2011 que ganhou notoriedade ao ser reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) como “um projeto educativo eficaz” para ser implementado no ano de 2012 como “política pública”, junto às metodologias e projetos de alfabetização já desenvolvidos nas escolas públicas. Na Rede Municipal de Ensino de São Miguel do Guamá, o projeto iniciou efetivamente no município em 2014. O “Projeto Trilhas” fornece livros, jogos, material de orientação ao professor. Uma das estratégias do Instituto Natura é a premiação de uma biblioteca completa para a escola que melhor se destacar. Embora o projeto em estudo seja pensado pela esfera privada, a sua implementação se efetiva na esfera pública, mais especificamente na escola pública e justamente por isso, o projeto adquire a forma de ação proveniente do Estado, isto ocorre, por exemplo, no município de São Miguel do Guamá.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Administração e da Reforma do Estado. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <
<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. V.1 e 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO NATURA BEM ESTAR BEM. **Relatório anual Instituto Natura 2014**. Disponível em <http://www.portaltrilhas.org.br/sobre-trilhas.html> .Acesso em 06/12/15.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez Editora, 6ª edição, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Entrevista Especial ao Portal Anped**. Disponível em <
<http://www.anped.org.br/>>. Acesso 02 out.2014.